



POLÍTICAS PÚBLICAS NA SALVAGUARDA DA ARQUITETURA DE TECIDO NO CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ/RS

CLARISSE MARINHO DA SILVA¹; ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA²; ARIELA DA SILVA TORRES³

¹PROGRAU - UFPEL – clarisse.marinho@gmail.com

² PROGRAU - UFPEL – alinemontagna@yahoo.com.br

³ PROGRAU - UFPEL – arielatorres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a preservação e a não descaracterização dos centros históricos e a riqueza arquitetônica existente na cidade de Bagé foram impulsionadores para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizasse um inventário do centro histórico. Nos estudos realizados, Bagé mostra, através da sua evolução urbana e com a sua homogeneidade arquitetônica, a sua importância social, histórica e cultural ao longo dos anos.

O trabalho mostra que a arquitetura de tecido, formada pelo conjunto de edificações de tipologias não monumental, é a grande formadora do núcleo do centro histórico da cidade de Bagé/RS e através dos quantitativos obtidos através do inventário, foram determinadas as diretrizes de preservação dos setores da cidade e as sugestões normativas para a salvaguarda dos imóveis que, associadas ao parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado justificam o tombamento em nível estadual do centro histórico.

2. METODOLOGIA

O trabalho consiste em apresentar um breve histórico da cidade de Bagé para que se entenda o contexto a ser estudado. O Inventário realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – organizado pela arquiteta Simone Neutzling, bem como o parecer e portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE – serviram como referencial teórico para a realização desse trabalho. Os documentos foram cruzados e a partir dessas análises foi possível observar quais as similaridades que contemplam a salvaguarda da arquitetura de tecido, edificações que formam e caracterizam o centro histórico da cidade de Bagé.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Bagé está localizado na fronteira sul do Brasil e sua origem está ligada às fortificações militares, erguidas pelos castelhanos. Em 1832, devido à uma subdivisão dos quatro municípios existentes no estado, deixa de ser distrito de Rio Grande e passa pertencer à Piratini. Durante a Revolução Farroupilha, foi a capital de agosto de 1841 a abril de 1842; e, em 1846, é elevada à categoria de Município (GONÇALVES 2006). Em 1884 é construída a estrada de ferro entre Bagé e Rio Grande gerando desenvolvimento à cidade e permitindo o início do Ciclo do Charque. No fim do século XIX, imigrantes europeus chegam a Bagé e elaboraram projetos de importantes prédios e residências, esses exemplares são de linguagem eclética, gerando o primeiro grande impacto imobiliário na cidade. No governo Getúlio Vargas ocorre a modernização substituindo as edificações



existentes por tipologias mais tecnológicas e de mudanças na área estética (GONÇALVES 2006).

O traçado urbano em Bagé, como é característico das cidades com formação militar, se apresenta na forma reticulada com ruas ortogonais e quarteirões de forma retangular ou quadrada e, devido a poucas modificações ao longo do tempo, permite uma clara leitura da evolução de crescimento urbano, possuindo quatro traçados: núcleo original, segundo loteamento, traçado do começo do século XX e a partir da década de 1930. (GUTIERREZ e NEUTZLING 2011).

A principal característica que os diferem é a estrutura viária. O primeiro loteamento é formado por passeios estreitos, ruas de mão única pavimentadas com paralelepípedos e calçadas em pedra portuguesa. O segundo loteamento, com maior concentração de edificações de interesse histórico cultural, possui ruas largas com canteiro central que proporciona fluxo de carros nos dois sentidos, a pavimentação, em maior parte, é de paralelepípedos sendo possível encontrar também ruas com cobrimento em asfalto, nas calçadas, ladrilho hidráulico e em alguns pontos pedra portuguesa. O terceiro e quarto loteamentos correspondem às expansões a partir do início do século XX, possuem características viárias semelhantes ao segundo loteamento (GUTIERREZ e NEUTZLING 2011).

Em 2009, através de Inventário realizado pelo IPHAN e elaborado pelas arquitetas Simone Neutzling e Juliana Coppa, foi priorizado zonas para levantamento com a pretensão de que fosse possível entender o espaço urbano, delimitando, assim, uma poligonal de levantamento em campo. Essa área contempla, principalmente, o primeiro e segundo loteamento e é formada por 101 quarteirões e 2620 prédios sendo, aproximadamente, 1.300 elencados como de interesse histórico cultural (NEUTZLING 2009).

Quanto à implantação, a maioria está inserida no alinhamento predial com o total de 92,5%. Quanto à altura, há o predomínio de edificações com um pavimento, levando em consideração a diferença de altura que há entre edificações novas e antigas, totalizando, 66,5%. Dentro das linguagens arquitetônicas se destacam os prédios de estilo eclético simplificado e proto-moderno totalizando 48,1%. Quanto as tipologias, considerando as edificações em estudo, totalizam 35,5%, abrangendo as do tipo porta e janela (3,5%), corredor lateral (8,5%), corredor central (15,8%) e entrada lateral (7,7%) (GUTIERREZ e NEUTZLING 2011).

A partir dos resultados obtidos através das análises do sítio e do conjunto urbano foi possível observar que as características do local o tornam extremamente relevante como um bem a ser preservado. O conjunto urbano do centro histórico é formado por prédios que se destacam, de linguagem eclética historicista, mas o diferencial deste conjunto não está no destaque desses prédios isolados e sim na arquitetura de tecido homogênea e íntegra possuindo edificações, em sua grande maioria, no alinhamento predial e com um pavimento proporcionando uma linearidade ao espaço e horizontalidade ao panorama urbano (NEUTZLING 2009).

A arquitetura de tecido consiste no conjunto edificado que compõe a ambiência da cidade e que não possui valor monumental. Dentre as tipologias que compõe a arquitetura de tecido estão as do tipo casa de porta e janela, casa de corredor lateral, casa de corredor central, casa com entrada lateral e comercial. Em Bagé, devido as características de implantação e o número considerável desses exemplares, essas edificações trazem para as vias a sensação de “rua corredor”, tanto por estarem implantadas no alinhamento predial tanto pela largura das vias, principalmente nas mais antigas (GUTIERREZ e NEUTZLING 2011).

A casa de porta e janela é caracterizada pela pequena largura do lote e por possuir em sua testada literalmente uma porta e uma janela. A casa de corredor



lateral é caracterizada por uma porta lateral e duas ou mais janelas. Casa de corredor central é formada por duas ou mais janelas de cada lado da porta. A casa com entrada lateral se caracteriza por um afastamento lateral onde existe a escada que dá acesso à casa. (OLIVEIRA e SEIBT 2005).

Apesar de existirem edificações isoladas tombadas nos diferentes âmbitos de proteção desde a década de 1970, Bagé não possuía de forma legal, medidas que preservassem o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade como conjunto. A Lei Municipal nº 1.762 de 17 de dezembro de 1973 instituiu o primeiro Plano Diretor da cidade, porém, não estabelecia diretrizes para salvaguardar o Patrimônio Cultural e com isso muitos prédios foram demolidos durante esse período. Nos anos de 1990 começaram as primeiras medidas protetivas, Lei Municipal nº 2.786 de 1991, com a criação da ZPC – Zona de Preservação Cultural. No ano seguinte foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (COMPREB). (NEUTZLING 2009).

Em 29 de dezembro de 2003, a Lei Orgânica do Município traz como responsáveis pela preservação dos bens culturais os órgãos competentes juntamente do município, estado e união. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental vigente, instituído pela Lei Complementar nº 025/2007 traz de forma mais clara e objetiva a conservação e preservação do patrimônio material, histórico e arquitetônico do município, trazendo seus princípios e indicando estratégias para a preservação da identidade cultural. (NEUTZLING 2009).

Preocupados com a preservação do centro histórico, o Inventário consistiu no levantamento do sítio e conjunto urbano da cidade de Bagé com documentação elaborada através de pesquisas históricas e dados obtidos através de levantamento físico, gerando mapas, diretrizes e fichas individuais dos imóveis, a fim de subsidiar o Dossiê de Tombamento do centro histórico de Bagé. Nas indicações normativas, no que tange diretamente às edificações, a sugestão para a salvaguarda dos bens é a proteção total para imóveis tombados e da proteção de volumetria e fachada para imóveis inventariados, não sendo permitida alteração/abertura de vãos, pinturas de fachada de um mesmo prédio com cores diferentes e uso de aparato publicitário não padronizado. As edificações descaracterizadas devem tentar se adequar obedecendo as orientações especificadas pelo IPHAN. A colorística deverá ser seguida utilizando cores compatíveis à linguagem arquitetônica para a sua valorização e as edificações de entorno deverão utilizar cores harmônicas ao conjunto (NEUTZLING 2009).

Em 2011, é publicado o parecer IPHAE nº 18/2011 que tem por finalidade embasar o processo de tombamento da poligonal que abrange o núcleo fundacional e a área de expansão urbana do perímetro antigo da cidade de Bagé, o qual foi anexado ao processo junto do Inventário, das legislações e das fichas dos imóveis. Dentro da poligonal foi estabelecido o tombamento de duas áreas: Área 1 – Núcleo Fundacional da cidade de Bagé; e Área 2 – Área do Perímetro Antigo da Cidade. Sendo as edificações divididas em tombadas e inventariadas, hierarquizando sua proteção (IPHAE 2011). Em 2012, a Portaria SEDAC nº 62/2012 estabelece o tombamento do Centro Histórico de Bagé e considera a importância de preservar o perímetro antigo da cidade e o seu entorno (SEDAC 2012). Em 06 de dezembro de 2013 sob o número 116 é inscrito no Livro Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Em 2016 é publicada a Portaria SEDAC 47/2016 em complemento à Portaria 62/2012. Ela estabelece que “qualquer intervenção como restauração, ampliação ou reforma, demolições, alterações, inserção de novos elementos como monumentos, equipamentos de uso coletivo e outros na área em questão, deverá



ser precedida da análise e aprovação do projeto pelo IPHAE". As diretrizes já estabelecidas no Parecer IPHAE nº 18/2011 para a proteção de bens tombados e inventariados seguem valendo. As intervenções em imóveis que estão fora da poligonal, porém tangenciando o limite deverão sofrer as mesmas normas dos bens do outro lado da rua (SEDAC 2016). Diante dos pareceres e das diretrizes é importante salientar que a arquitetura de tecido, mesmo que, somente inventariada ou até mesmo, sem grau de proteção, está salvaguarda visto que toda e qualquer intervenção deverá ser analisada e aprovada pelo IPHAE.

4. CONCLUSÕES

Bagé possui um acervo rico de bens de interesse cultural e os estudos em cima disso apontam que a principal característica do sítio urbano é a sua homogeneidade proporcionando a continuidade de leitura ao conjunto urbano. A grande concentração de bens com características semelhantes de linguagem arquitetônica gera um conjunto edificado relevante.

Para o IPHAE o conjunto urbano de Bagé reúne valores que justificaram o tombamento do centro histórico em nível estadual enfatizando o conjunto de bens que testemunha as várias etapas da expansão urbana e também que caracteriza a transformação do fazer arquitetônico local, visto que, são encontrados exemplares desde luso-brasileiros até a linguagem modernista mais próxima aos dias atuais.

A arquitetura de tecido composta pelas casas não monumentais de estilo eclético simplificado e proto-moderno é o que compõe o centro histórico de Bagé e, com as diretrizes contidas no Inventário e normatizadas no Tombamento, os exemplares arquitetônicos possuem medidas protetivas para que sejam salvaguardados. Cabe ao poder público fiscalizar efetivamente as condutas contidas na legislação a fim de preservar o patrimônio edificado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONÇALVES, M. N. C. **Arquitetura Bajeense - O delinear da modernidade: 1930-1970.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- GUTIERREZ, E. J. B., e S. NEUTZLING. **O patrimônio urbano da rainha da fronteira. Bagé. RS.** *Revista Memória em Rede* 2, nº 5 (2011): 71-86.
- GUTIERREZ, E. J. B., e S. R. NEUTZLING. **A Rainha e Heróica: 200 anos de patrimônio. Jaguarão e Bagé, RS.** *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo* (FAUrb/UFPel) 5 (2013): 7-18.
- IPHAE. **Dispõe sobre o regime urbanístico da área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE, na cidade de Bagé.** Portaria SEDAC nº 47/2016 (Porto Alegre 22 de julho de 2016).
- IPHAE. **Tombamento da área do perímetro antigo da cidade de Bagé – Proc. nº 1351-1100/11-8.** PARE. IPHAE N.º 18/2011 (Porto Alegre 21 de dezembro de 2011).
- NEUTZLING, S. R. (coord.). **Inventário que subsidiará o tombamento do centro histórico de Bagé.** Relatório Técnico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura, 2009.
- OLIVEIRA, A. L. C, e M. B. SEIBT. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão.** Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.
- Portaria SEDAC nº 62/2012 (Porto Alegre 10 de dezembro de 2012).